
Vícios privados, virtudes públicas: o neoliberalismo e a vocação antropológica

Private vices, public benefits: neoliberalism and the anthropological vocation

Roberto Malighetti



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/etnografica/20692>

DOI: 10.4000/15stq

ISSN: 2182-2891

Editora

Centro em Rede de Investigação em Antropologia

Edição impressa

Paginação: 197-211

ISSN: 0873-6561

Refêrencia eletrónica

Roberto Malighetti, «Vícios privados, virtudes públicas: o neoliberalismo e a vocação antropológica», *Etnográfica* [Online], 30 (1) | 2026, posto online no dia 03 março 2026, consultado o 05 março 2026.

URL: <http://journals.openedition.org/etnografica/20692> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/15stq>



The text only may be used under licence CC BY-NC 4.0. All other elements (illustrations, imported files) may be subject to specific use terms.

Vícios privados, virtudes públicas: o neoliberalismo e a vocação antropológica

Roberto Malighetti

O artigo analisa o impacto persistente do neoliberalismo sobre o trabalho antropológico e, de modo mais amplo, sobre a atividade científica. Examina os processos de mercantilização das três missões centrais da universidade – investigação, ensino e extensão – e os seus efeitos sobre as instituições acadêmicas, as disciplinas e o corpo docente. Retomando elementos críticos da história da antropologia, o texto propõe uma reflexão sobre formas recorrentes de niilismo disciplinar, resultantes do conluio com o poder, da subordinação às lógicas de mercado e de determinadas modalidades de interpretar o engajamento militante. Em contraste com a tendência à anulação da antropologia nas perspectivas dos interlocutores – sejam eles políticos ou midiáticos, indígenas ou indigentes – o artigo reafirma a centralidade política do pensamento científico.

PALAVRAS-CHAVE: antropologia, neoliberalismo, universidade, investigação e didática, aplicação e engajamento, vocação política dos cientistas.

Private vices, public benefits: neoliberalism and the anthropological vocation ♦ This article examines the enduring and pervasive impact of neoliberalism on anthropological practice and, more broadly, on scientific activity as a whole. It interrogates the processes of commodification affecting the three core missions of the university – research, teaching and dissemination – and their consequences for academic institutions, disciplinary configurations, and faculty members. Drawing upon salient critical elements from the history of anthropology, the text advances a reflection on recurrent manifestations of disciplinary nihilism arising from collusion with power, subordination to market logics and from particular modes of constructing militant engagement. In counterpoint to the tendency toward the annihilation of anthropology within the perspectives of its interlocutors – whether political or media actors, indigenous or indigents – the article affirms the political centrality of scientific thought.

KEYWORDS: Anthropology, neoliberalism, university, research and teaching, application and engagement, political vocation of scientists.

MALIGHETTI, Roberto (roberto.malighetti@unimib.it) – Università degli Studi di Milano-Bicocca, Itália. ORCID: 0000-0003-1995-8748. CRediT: concetualização, investigação, metodologia, redação do rascunho original, redação – revisão e edição.

RESULTADO DO CONVITE PARA PROFERIR A *JORGE DIAS MEMORIAL Lecture*, o presente texto retoma a temática do impacto persistente e renovado do “neoliberalismo” sobre o trabalho do antropólogo e, de modo mais amplo, sobre a produção científica. A escolha de revisitar uma questão já amplamente debatida em diferentes contextos e a partir de múltiplas perspectivas decorre da convicção de que os efeitos normativos e naturalizantes do neoliberalismo “efetivam” o sentido da célebre formulação de Hegel (1992 [1807]: 47), apresentada no prefácio da *Fenomenologia do Espírito*: “o que é familiar e bem conhecido, por isso mesmo, não é conhecido”. Portanto, o artigo recupera alguns elementos críticos que atravessam a história da antropologia para considerar como as teorias e as práticas disciplinares não lograram emancipar-se do neoliberalismo por via de especulações abstratas ou de ineficazes engajamentos “militantes”, nem através da sua rejeição para “afterologies” pós-algo (Sahlins 2002) tidas como “ultrapassadas”, após o “fim da crise” (Carrier 2016), enquanto “negações de negações”.

Embora o discurso de hoje não se baseie numa pesquisa etnográfica específica, resulta de mais de 40 anos de experiência de trabalho académico. Pretende por isso contribuir, não de forma abstrata e especulativa, para a análise dos procedimentos concretos pelos quais a vocação antropológica é inevitavelmente estruturada e orientada pelas lógicas neoliberais, imersa em dinâmicas de mercado e progressivamente deslocada para a esfera privada. A “mão invisível” distorce o próprio significado do termo “intelectual”, originariamente associado, desde o *affair* Dreyfus, a um conjunto de atores sociais que se expressam coletivamente sobre questões de interesse geral. Incentiva, pelo contrário, fortes individualismos antagónicos que muitas vezes alimentam asfixiantes pulsões narcisistas e formas oximóricas de conceber a participação no pensamento e na ação das comunidades científicas. A pressão ideológica a favor da competição, em detrimento da colaboração entre colegas e universidades, conjuga a procura individual e privada de emprego e oportunidades de financiamento com a busca de espaços de visibilidade e reconhecimento público. Desta forma, as atividades didáticas e de investigação estão submetidas às necessidades das diversas figuras – proprietários e acionistas, empresários e gestores – que regem a distribuição do conhecimento e os lucros daí resultantes.

O neoliberalismo reafirma, assim, uma metanarrativa totalizante (Lyotard 1986 [1979]) que, longe de ter sido superada, se impõe como princípio único de regulação da vida académica. Precipita formas de subjetivação fundadas não apenas na substituição de uma racionalidade política por uma racionalidade económica. Como Michel Foucault já sublinhou nos seus cursos no Collège de France (1978-1979), o neoliberalismo não pode ser reduzido à retração da interferência do Estado no espaço privado e sagrado do indivíduo, conforme os conceitos das filosofias políticas conservadoras e do pensamento *tory*. Na verdade, o neoliberalismo configura-se como um projeto específico de

governamentalidade e como uma técnica particular de governo dos homens. Todavia, a construção da ordem social e do Estado segundo o modelo da empresa intervém “de modo invisível” não apenas nos espaços públicos, mas também diretamente nas formas de subjetivação, ao interpelar os indivíduos a constituírem-se como “empresários de si próprios”. O mercado, de mero mecanismo económico, converte-se, assim, num princípio ontológico e moral. Tal deslocamento engendra uma profunda transformação antropológica, na medida em que reconfigura as formas de compreensão da existência, bem como os modos de organização das relações sociais e afetivas. A “revolução silenciosa do neoliberalismo”, de que fala Wendy Brown, molda uma “ordem normativa da razão” e uma “racionalidade governamental” que estendem “uma formulação específica de valores, práticas e métricas económicas a todas as dimensões da vida humana” (Brown 2015: 30 [tradução própria]).¹

A DITADURA DO “BUROCRARIATO”

A pervasiva influência do neoliberalismo nas instituições de ensino e investigação encontra a sua plena manifestação na passagem do ensino superior de massa para ensino superior de mercado (*mass higher education – market higher education*), implementada pela globalização do modelo universitário norte-americano. Este sistema foi introduzido na Europa pelo Processo de Bolonha que orientou a harmonização do Espaço Europeu do ensino superior. A conseguinte interpretação do modelo da tríplice hélice (*triple helix model*) – academia, indústria, governo (Etzkowitz e Leydesdorff 1995) – reestruturou os lugares que organizam e plasmam as disciplinas, transformando-os em empresas em concorrência entre si para garantir financiamento e lucro através da comercialização dos seus produtos. Este sistema configura um regime de direção e controlo que, por sua vez, produz uma igualmente tripla definição da autonomia e da liberdade do conhecimento científico: nos institutos, nos saberes e no trabalho de professores e pesquisadores.

O chamado capitalismo académico (Hackett 1990) renova-se dirigindo o *marketing* das três principais “missões” das universidades (investigação, ensino, divulgação) e circunscrevendo-as com sistemas de classificação, técnicas cientiométricas e bibliométricas, fatores de impacto e *rankings*, de acordo com indicadores selecionados e implementados pela coerência com as ordens neoliberais de governamentalidade. A combinação disposta da indústria de *audit* e das políticas de financiamento, ligadas à recompensa apenas do vencedor, com a exclusão dos restantes, contribui para a transformação do conhecimento em

1 “I join Michel Foucault and others in conceiving neoliberalism as an order of normative reason that [...] takes shape as a governing rationality extending a specific formulation of economic values, practices, and metrics to every dimension of human life” (Brown 2015: 30).

mercadoria, seguindo o modelo das patentes. Impede o apoio à investigação básica e universal e traduz o conhecimento de bem público em produto privado e individual.

O mesmo mercado editorial e a divulgação dos resultados das pesquisas, ligados a filosofias empresariais individualistas e competitivas privilegiam a lógica da oferta e da procura. A resultante ideologia do *publish or perish* favorece a atualidade dos temas, as abordagens emergenciais, as questões excepcionais e mediáticas, em detrimento da qualidade da análise científica dos problemas estruturais, com repercussões significativas na qualidade das propostas teóricas. O campo das publicações é estratificado e colocado sob o domínio de revistas centrais, publicadas quase exclusivamente em língua inglesa. Esta concentração em termos monolinguísticos e monoculturais contém e sufoca possibilidades alternativas de expressão, temas de investigação e formas de racionalidade.

O *ranking* dos lugares de produção de conhecimento e das suas realizações se cruza com a contraposição público-privado, com a estratificação das disciplinas e com a burocratização dos professores e investigadores. A privatização dos saberes ocorre, primeiramente, nas instituições que se apresentam como centros de elite e que se autodefinem como de “primeiro nível”, caracterizados por custos inacessíveis para a maioria dos consumidores. Essas instituições privadas, concebidas por campanhas publicitárias como verdadeiras *brand*, são muito agressivas na recolha de fundos e na venda de produtos didáticos e teóricos. Constituem a vanguarda de doutrinas que induzem professores e alunos a desempenhar as funções do *homo oeconomicus* neoliberal e a entender os objetivos da educação em termos de retorno do capital sobre o investimento efetuado.

As universidades públicas, de outra maneira, baseiam estruturalmente a sua qualidade, excelência e liberdade na estranheza histórico-cultural às ideologias empresariais e comerciais. Têm dificuldade em se opor às várias implementações das filosofias empreendedoras do *new public management*, surgidas nos anos 80 nos EUA, que acabam por explorar esta contradição e coludir com as tentativas de redimensionar, quando não eliminar, o ensino público. Os ateneus estatais não conseguem contrastar eficazmente as políticas dos governos e as retóricas apologéticas sobre a necessidade de “cortar” uma despesa pública concebida como negatividade absoluta e não como fator indispensável ao “bem-estar social”. A acusação de serem os principais responsáveis pela “dívida”, qualificada como causa da crise gerada pelos mesmos modelos económicos e militares que movem as acusações, funciona para diminuir consideravelmente o desempenho e as operações.

Por um lado, as universidades estatais são incentivadas a evitar os elevados custos das investigações “verticais” em nome de uma “horizontalidade” multidisciplinar menos dispendiosa porque concebida sem investimentos

comparáveis aos destinados às especializações. Por outro lado, os institutos são orientados a economizar adotando lógicas que inexoravelmente levam ao seu progressivo maior redimensionamento estrutural e cultural: com técnicas de ensino à distância que aumentam a privatização, a fragmentação e a redução dos laços sociais e da esfera pública; ou por meio da redução dos contratos indefinidos, através de subtis processos de externalização que implicam a exploração de um grupo cada vez mais precário e mal remunerado de jovens docentes e pesquisadores, facilmente substituíveis e chantageáveis, cuja autonomia e pensamento crítico, investigação e ensino são seriamente prejudicados.

A estratificação das universidades combina-se com os projetos, presentes em vários países, de separar institucionalmente e organizacionalmente a investigação do ensino, ameaçando ainda mais a partilha “pública” do conhecimento e a solidez dos processos formativos baseados na ligação entre as duas “missões”. Esta divisão sobrepõe-se à classificação das ciências, ao seu apoio e reconhecimento. Os domínios técnico-científicos são considerados mais adequados para satisfazer as necessidades do sistema económico, de acordo com princípios que renunciam a considerar a complexidade e os aspetos socioculturais dos processos produtivos, e favorecem uma ciência “especializada” a curto prazo, subserviente às imediatas exigências competitivas dos diferentes clientes-financiadores. As disciplinas sociais e humanas, pelo contrário, empurradas para as margens do mercado “livre”, são solicitadas a evitar o uso do pensamento crítico e de idiomas especializados e complexos, e a procurar perspectivas simples e conciliatórias. Num contexto que Ulf Hannerz (2010) define como “substancialmente adverso”, as ciências sociais são essencialmente canalizadas para a função paradoxal de aliviar as tensões sociais criadas pelo uso privado do conhecimento técnico-científico dominante, segundo estratégias programaticamente prejudiciais à comunidade, em termos sociais, éticos, económicos e ecológicos.

Neste cenário, os antropólogos vêm-se a refazer antigas trajetórias coloniais e neocoloniais, que foram introduzidas pelos artigos de Malinowski dos anos 20 e 30 do século passado sobre as relações entre antropólogos e aqueles a quem ele chama de “homens práticos” (Malinowski 1929); atravessam as análises de Talas Asad sobre o “encontro colonial” e as subsequentes sobre o “encontro de desenvolvimento” (Escobar 1991). Também na contemporaneidade, os antropólogos são encorajados, por um lado, a organizar o que Malinowski escreveu a respeito do trabalho antropológico nos governos coloniais, ou seja, o “controlo científico” dos “danos colaterais” (1930: 419) dos projetos de civilização; de outra parte, são levados a viver, segundo Talal Asad, “profissionalmente em paz” (1973: 18) e talvez como “imperialistas relutantes” (James 1973), com as exigências do contexto dominante. Não apenas os cientistas sociais permanecem alheios à participação na elaboração programática

das ações e dos seus objetivos; sobretudo, são forçados a compactuar na definição de “estados de exceção” produzidos por renovados “efeitos colaterais”, e, logo, a conservar e reforçar os elementos estruturais do domínio do *status quo* (Schmitt 2013 [1921]; Agamben 2004 [2003]; Malighetti 2013).

A FÁBULA DAS ABELHAS

As ideologias e as práticas comerciais levam professores e investigadores a construir prestígio e carreiras profissionais através da participação em disputas por recursos tão “escassos” quanto “diretivos”. Os académicos mais produtivos na obtenção de fundos são induzidos a especializar-se na gestão desta função, em detrimento das suas “outras” ocupações académicas. Nas instituições que os podem suportar, os professores estão dispensados das obrigações de ensino e, por isso, da primeira e principal divulgação “pública” de suas pesquisas. Por vezes, a situação beira o paradoxo e impede o trabalho académico. Os responsáveis pelos projetos de investigação, colocados ao serviço de um controlo burocrático rígido e centralizado, frequentemente não conseguem desempenhar os seus papéis, não só didáticos, mas também de pesquisa, que são delegados no trabalho daqueles jovens, muitas vezes empregados em várias formas precárias *ad hoc*, dos quais alienam os resultados de forma por vezes fraudulenta. Os professores são, assim, levados a realizar a figura fenomenológica múltipla do docente-empresário e publicitário, ou, nas versões mais burocratizadas, o “tipo ideal” do contabilista.

A burocracia, como explicou Max Weber (1997 [1917]), exerce um poder real ao manobrar a administração para a vida quotidiana através da profunda incorporação dos princípios em que se baseia. Impõe regras e normas que criam subjetividades alienadas e subjugadas, reduzidas a um estado de minoria. Os académicos são submetidos a satisfazer as disposições inquestionáveis da máquina administrativa que sanciona o pensamento crítico e não comercializável e promove a narrativa monológica e homogeneizadora original de Margaret Thatcher segundo a qual “não haveria alternativa ao neoliberalismo”.

A exasperação antagónica das recompensas individuais influencia a progressão na carreira e incentiva a busca de visibilidade e reconhecimento nos espaços públicos ou mediáticos ou nos ministérios. O conseqüente efeito de retorno provocado nos conteúdos do saber direciona as atividades para a venda de produtos acrílicos, pacificados e indolores, domesticados, eventualmente, por sensacionalismos e exotismos inofensivos mantidos, oportunamente, bem longe da possibilidade de questionar o etnocentrismo dos princípios e valores “caseiros”.

As competências profissionais e a autoridade deontológica correm o risco de serem comprometidas de formas semelhantes às que afetam as mesmas

categorias – não só políticos, mas jornalistas também – que os acadêmicos execram e, ao mesmo tempo, elegem como interlocutores privilegiados. Por um lado, os profissionais dos *media* são desprezados pela sua subserviência ao poder, pela sua subestimação do conhecimento antropológico, ou, também, pelo seu abuso quando se apresentam indevidamente como “antropólogos”. Ao mesmo tempo, estas mesmas categorias são muito procuradas para promover visibilidades tão fáceis e simplificadoras, quanto contrárias à seriedade científica e às complexidades da razão crítica.

A “decadência dos intelectuais”, teorizada por Zygmunt Bauman (2010 [1987]), encontra a sua manifestação numa presença mediática que qualifica a nossa época como “a primeira era em que” – segundo a eloquente opinião atribuída ao filósofo italiano Costanzo Preve – “os intelectuais são mais estúpidos do que as pessoas comuns”. Esta expressão pode ser interpretada através da preocupação exposta por Hannah Arendt em 1970, quando escreveu que “nada pode ser mais assustador do que o constante crescimento de prestígio dos assessores de mentalidade científica nos conselhos de governo nas últimas décadas. O problema não é eles tenham sangue-frio suficiente para “pensar o impensável”, mas o que eles não pensam” (Arendt 1994 [1970]: 15).

O “não pensamento” a que se refere Hannah Arendt presta-se a ser considerado a cifra de uma relevância social do trabalho intelectual diretamente proporcional à vacuidade das suas formas e conteúdos e à sua capacidade de compactuar com o poder. Deveria alertar os estudiosos para os perigos de assumir o papel de “parte dominada da classe dominante” – para usar as palavras de Pierre Bourdieu (2011 [1984]) – como, aliás, é frequentemente reclamado por aqueles atores sociais, “no terreno”, pelos quais os antropólogos desejam, com dificuldade crescente, nomear-se “ventríloquo etnográfico” (Geertz 2009 [1988]: 188), em modo “autoatribuído e autocomplacente” (Geertz 2012 [1995]: 107).

De facto, a antropologia configurou a sua autoridade científica, política e social desde as suas origens, atendendo às exigências de “clientes” que não se identificam apenas com o colonialismo e não terminaram com o seu fim (Malighetti 2020). Muito “familiar e portanto não conhecida” é a primeira denúncia de envolvimento dos antropólogos, produzida por Franz Boas. O caso é importante não só por causa da carta de acusação de Franz Boas sobre as atividades de quatro antropólogos que atuaram como espões na América Central durante a Primeira Guerra Mundial, publicada em 1919 na revista *The Nation* com o título “Scientists as spies” (Boas 2005). Mais significativa ainda foi a reação da American Anthropological Association (AAA), que expulsou do conselho executivo Boas pelas suas acusações, embora tivesse sido um dos fundadores da associação (Boas só foi reabilitado em 2005).

Na realidade, a cooperação secreta da AAA com os serviços de inteligência continuou ao longo do tempo. Igualmente “familiares” são as respostas “*omertosas*”² da AAA às acusações de conluio com a CIA e, em particular, quando acusada de ter entregado informações sobre os trabalhos dos seus membros, respondeu nomeando uma comissão de inquérito, liderada por Margaret Mead, que absolveu todos os protagonistas envolvidos. A aplicação subsequente da antropologia em projetos clandestinos veio prejudicar ainda mais os fundamentos da disciplina: no Sudeste Asiático (Wolf e Jorgensen 1970), na Indochina (Nader 1977), no Vietname, na Tailândia (Berreman 1969; Flanagan 1971; McCoy 1971), na América Latina (Horowitz 1967), ou nos mais recentes Human Terrain Systems no Iraque e no Afeganistão (Price 2007; González 2009; Forte 2011; McFate e Laurence 2015).

A crise ético-política da antropologia não é meramente colonial, neocolonial, nem mesmo neoliberal ou *post-something*. As tentativas de superá-la nunca conseguiram concretizar “virtudes públicas” a partir de “vícios privados”, segundo uma atualização da expressão de Bernard Mandeville (2021 [1714]). Pelo contrário, os laços “privados” continuam a ameaçar a própria existência “pública”. Aliás, o espectro do “fim da antropologia” “assombra” a comunidade científica desde a segunda metade do século passado, e atravessa os processos de uma descolonização que tem dificuldade em concretizar-se, especialmente no pensamento. O *topos* do “fim” era certamente mais intensamente percebido quando comecei a estudar antropologia na Universidade McGill de Montreal, na segunda metade dos anos 70. Foi introduzido pela primeira vez pela palestra de Peter Worsley (1966) e posteriormente incorporado por diferentes autores: da definição de Kathleen Gough (1968) da antropologia como “filha do imperialismo” ao pedido de Dell Hymes (1969) pela “reinvenção da antropologia”; da citada análise de Talal Asad (1973) sobre o “encontro colonial” à identificação da disciplina por Omafume Onoge (1979), como “colonialismo aplicado”. Mais recentemente, “o fim” deu o título à reunião da AAA em 2009 e esteve na base da Conferência da Associação Europeia de Antropólogos Sociais de 2012, intitulada “Incerteza e inquietação”. Produziu também numerosas publicações, incluindo algumas “pós-modernas”, como aquela em que George Marcus afirmou que a antropologia estaria “em suspensão”, sem “nenhuma ideia nova, e nenhuma no horizonte”, e sem qualquer indicação de que “o seu acervo tradicional de conhecimento mostre quaisquer sinais de revitalização” (Marcus 2008: 2).³

2 Em italiano, *omertà* é um termo de proveniência associada a práticas criminosas de tipo mafioso, designando aquele que observa ou impõe um pacto de silêncio cúmplice; por extensão semântica, pode equivaler a cúmplice, silencioso ou encobridor.

3 “There are no new ideas, and none on the horizon, as well as no indication that its traditional stock of knowledge shows any signs of revitalization” (Marcus 2008: 2).

“DE PÉS DESCALÇOS”

O tema do “fim” presta-se a ser eficazmente utilizado para refletir sobre as dificuldades mais propriamente “aplicativas” que atravessaram a história da antropologia. Nascida e desenvolvida em conjunto com a expansão do interesse europeu pelo mundo, a antropologia desenvolveu-se numa relação de submissão ao poder: originalmente como a ideologia evolucionista do processo civilizador e, posteriormente, como um suporte funcionalista ao pragmatismo das administrações coloniais, sobretudo se fundadas nos princípios do duplo mandato e do governo indireto (Malighetti 2020).

Desde o exórdio, a promoção da colaboração entre antropólogos e “homens práticos” resolveu-se no pedido de submeter os primeiros às necessidades dos segundos. Neste sentido as relações encontraram as suas primeiras formulações teóricas na década entre 1920 e 1930 na revista *Africa*, órgão oficial do International African Institute (IAI). Nos escritos do Lord Lugard – fundador do IAI, teórico do governo indireto (Lugard 1922), governador de Hong Kong (1907-1912) e da Nigéria (1914-1919) – tanto o periódico quanto o instituto foram criados para promover o desenvolvimento de relações íntimas e sólidas entre o conhecimento científico e a ação social, e para trabalhar na direção de uma composição de interesses entre administradores e populações (Lugard 1928).

A subordinação da antropologia às necessidades do governo foram plenamente interpretadas por oficiais coloniais e antropólogos. Ambos concordaram em recomendar a substituição das formas antropológicas “complexas” de racionalidade, os seus termos e conceitos, por formas “simples” e burocráticas. Assim, por exemplo, Sir Malcom Hailey, governador do Punjab (1924-1928) e das Províncias Unidas (1928-1934) e autor do volume *African Survey* (Hailey 1938), convidou os antropólogos a orientar os seus resultados “para os irmãos mais fracos que desejam beneficiar das suas pesquisas, mas não estão equipados para lidar com as terminologias mais esotéricas” (Hailey 1944: 15).⁴ Audrey Isabel Richards, por sua vez, reprovou explicitamente o espírito científico dos jovens colegas, acusados de privilegiar a sua investigação académica, muitas vezes de doutoramento, em detrimento das necessidades da administração e, por isso, responsáveis pelas dificuldades antropológicas em atender às solicitações dos interlocutores coloniais (Richards 1944, 1977).

A interpretação provavelmente mais completa das formas de niilismo disciplinar consiste na sugestão que os antropólogos alcançassem o máximo do relacionamento empático e se tornassem eles próprios administradores, seguindo os exemplos do “antropólogos governamentais”: como Robert Rattray na Costa

4 “The work of anthropologists would be more readily appreciated if they showed greater solicitude for the weaker brethren who desire to profit by their research, but are not equipped to deal with the more esoteric of their terminologies” (Hailey 1944: 15).

do Ouro; Charles Meek, Mervyn Jeffreys e Northcote Thomas na Nigéria e na Serra Leoa; os Seligmans no Sudão; Marie François Clozel na África Ocidental; Maurice Delafosse na Costa do Marfim (Malighetti 2020). O caso mais emblemático é, provavelmente, o de Siegfried Nadel, que serviu ao império britânico nas décadas de 1930 e 1940, de diferentes formas: como antropólogo governamental no Sudão Anglo-Egípcio; tenente-coronel em África e no Médio Oriente; secretário para os Assuntos Nativos na Eritreia, e secretário-chefe adjunto na Tripolitânia. A partir destas posições, Nadel teorizou a necessidade de fazer convergir o papel do antropólogo com o do administrador, e sujeitar o conhecimento às solicitações dos processos de tomada de decisão (Nadel 1953).

Diferentes formas de renúncia ao pensamento antropológico através da sua redução às perspectivas dos interlocutores encontram aplicações subtis nos últimos tempos. A negação da autoridade antropológica atravessou também posições consideradas “muito nobres” (Malighetti 2019). Numa vertente, aquelas epistemologicamente e hermenêuticamente orientadas: “dispersões” improváveis entre os interlocutores; ideias confusas de intelectualismo generalizado e reivindicações de simetrias epistemológicas e escriturísticas; orquestrações polifônicas complexas; linguagens *pidgin*, neutros e inocentes (Bahr *et al.* 1974; Dweyer 1982). Noutra vertente, a incorporação da pressão mercantil de “não pensar cientificamente” está distorcendo os currículos universitários. Promove a redução da relevância dos “cursos teóricos” para atender às solicitações práticas e imediatas do mercado, de acordo com conceções anacrônicas e mecânicas da relação entre teoria e prática que remontam aos primórdios da revolução industrial. Além disso, o cancelamento empático, o *bracketing*, as reduções fenomenológicas, empáticas e solidárias da autoridade do antropólogo também alimentaram novas formas daquilo a que chamo – parafraseando a célebre expressão de Lenine (2025 [1920]) – a “doença infantil do esquerdismo” antropológico, cujos sintomas se manifestam em posições contraditórias, tão ineficazes e vazias quanto retoricamente radicais, empáticas e solidárias.

Contra estas abordagens, os argumentos críticos produzidos por um dos autores mais “clássicos” da tradição propriamente antropológica, são particularmente apropriados. Em 1946, Evans-Pritchard objetou que a ocupação “louvável” naquilo que definiu como “o campo não científico da administração” era estranha à antropologia e poderia levar a confusões contraproducentes de papéis, métodos e finalidades (Evans-Pritchard 1946: 93).⁵ Assim o intelectual britânico insistiu “para que o antropólogo restringisse a sua investigação à análise de problemas científicos, pois o valor da antropologia social para as

5 “It may be held that it is laudable for an anthropologist to investigate practical problems. Possibly it is, but if he does so he must realize that he is no longer acting within the anthropological field but in the non-scientific field of administration” (Evans-Pritchard 1946: 93).

artes da política e da administração depende do seu avanço teórico” (Evans-Pritchard 1946: 93).⁶ Para tal, Evans-Pritchard alertou contra o “grave perigo de que a pressão dos interesses políticos e administrativos, e as seduções que os acompanham, possam desviar muitos membros da nossa pequena banda da investigação de problemas puramente científicos, que o avanço da ciência possa ser seriamente retardado” (Evans-Pritchard 1946: 93).⁷

O “papel social da antropologia” não pode ser pensado de forma abstrata, nem mesmo em termos “militantes”, de acordo com a raiz militar da palavra, oposta, por definição, ao pensamento analítico e crítico. As práticas não são abstratas, mas sempre posicionadas, em termos análogos ao que Wittgenstein (2025 [1953]) escreveu sobre “ver como”. Trabalhar “como” antropólogos, então, significa colocar a específica autoridade científica ao serviço da comunidade sem reduzi-la a improváveis identificações com os interlocutores ou com as suas palavras (Malighetti 2021). Significa basicamente inverter o sentido empático de uma expressão idiomática da língua inglesa: recomenda atar os próprios “sapatos” bem apertados e não calçar os dos nossos interlocutores mais ou menos poderosos, sejam eles “homens práticos”, “indígenas” ou “indigentes”. Em outras palavras recomenda-se “não tirar os sapatos”, em analogias cada vez menos exóticas, entre “antropólogos de pés descalços” e “médicos de pés descalços” (Scheper-Hughes 1995), muito ativos na China durante a revolução maoísta: indivíduos com competências limitadas e conhecimento superficial sobre algumas técnicas simples de acupuntura e fitoterapia, pelas quais ninguém desejaria ser tratado. Tal como no caso dos médicos, agrônomos ou engenheiros, o valor “aplicativo” não pode basear-se em linguagens genéricas, extradisciplinares e simplificadoras, ou no cancelamento de competências (Malighetti 2004).

UMA CLASSE CIENTÍFICA UNIVERSAL

Em oposição às recorrentes derivas anti-intelectualistas e antiteóricas, gostaria de concluir reiterando a centralidade política da prática científica. Para tal, recorro à leitura dos *Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política*, de Karl Marx (2011 [1939]),⁸ recentemente reapresentada pelo filósofo italiano Massimo Cacciari (2020). Este posicionamento permite avaliar

6 “I would urge all the more that the anthropologist should restrict his research to the investigation of scientific problems for the reason that the value of social anthropology to the arts of politics and administration must depend on its theoretical advance” (Evans-Pritchard 1946: 93).

7 “Moreover, there is a grave danger that the pressure of political and administrative interests, and the allurements that accompany them, may draw away so many of our small band from the investigation of purely scientific problems that the advance of the science may be seriously retard” (Evans-Pritchard 1946: 93).

8 *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, 1857-1858.

quantos membros das novas Sagradas Famílias de críticos-críticos parecem repetir, renovando-os, os erros da tradição socialista e de parte da marxista (algo que, pelo contrário, o liberalismo conhece muito bem): ou seja, eles não conseguem compreender como o domínio do sistema capitalista funciona porque encarna em si a produtividade dos cientistas, do trabalho científico e da sua organização, e não o do trabalho assalariado e da classe operária, categorias varridas, propriamente, pela evolução científico-tecnológica.

Nessa obra, Marx deixou isso conclusivamente claro e Cacciari retomou esta ideia, defendendo a necessidade de fundamentar a *praxis* política no trabalho científico e na construção de uma consciência de si por parte dos produtores de conhecimento. Neste sentido os cientistas podem interpretar o papel de classe universal. Na era da globalização neoliberal persistente, o trabalho científico pode tornar-se político na medida em que procura emancipar o conhecimento da sua fragmentação privatizante e individualizante, da sua apropriação pelas leis da reprodução capitalista e da partilha da sua riqueza por um número de atores sociais cada vez menos numerosos e mais ricos e poderosos.

Qualquer potencial emancipação do neoliberalismo tem de passar por formas renovadas de “autonomia do político”, para usar um conceito de Mario Tronti (1966), baseadas no trabalho intelectual. Tal poder libertador será realizável – parafraseando a interpretação weberiana de Cacciari (Weber 2017 [1919]) – apenas ligando uma preparação científica adequada com a coordenação da ação coletiva: sem organização e sem uma sólida perícia científica, o trabalho do antropólogo não é uma vocação e será necessariamente impotente a atuar num mundo dominado pela ciência e pela tecnologia.

BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, Giorgio, 2004 [2003], *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo Editora.
- ARENDT, Hannah, 1994 [1970], *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- ASAD, Talal, 1973, *Anthropology and the Colonial Encounter*. Londres: Ithaca and Humanities Press.
- BAHR, Donald, Joseph GREGORIO, David LOPEZ, e Antonio ALVAREZ, 1974, *Piman Shamanism and Staying Sickness*. Tucson, AZ: University of Arizona Press.
- BAUMAN, Zygmunt, 2010 [1987], *Legisladores e Intérpretes: Sobre Modernidade, Pós-Modernidade e Intelectuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BERREMAN, Gerald, 1969, "Academic colonialism, not so innocent abroad", *The Nation*, 10: 505-508.
- BOAS, Franz, 2005, "Scientists as spies", *Anthropology Today*, 21 (3): 27.
- BOURDIEU, Pierre, 2011 [1984], *Homo Academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- BROWN, Wendy, 2015, *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. Nova Iorque: Zone Books.
- CACCIARI, Massimo, 2020, *Il Lavoro dello Spirito*. Milão Adelphi.
- CARRIER, James, 2016, *After the Crisis: Anthropological Thought, Neoliberalism and the Aftermath*. Nova Iorque: Routledge.
- DWEYER, Kevin, 1982, *Moroccan Dialogues: Anthropology in Question*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- ESCOBAR, Artur, 1991, "Anthropology and the development encounter: the making and marketing of development Anthropology", *American Ethnologist*, 18 (4): 16-40.
- ETZKOWITZ, Henry, e Loet LEYDESDORFF, 1995, "The triple helix, university-industry-government relations: a laboratory for knowledge based economic development", *EASST Review* 14 (1): 14-19.
- EVANS-PRITCHARD, Edward E., 1946, "Applied Anthropology", *Africa*, 16 (2): 92-98.
- FLANAGAN, Patrick, 1971, *Imperial Anthropology Thailand: A Helping Hand for the Hill People*. Sydney: AICD.
- FORTE, Maximilian, 2011, "The human terrain system and Anthropology: a review of ongoing public debate", *American Anthropologist*, 13 (1): 145-153.
- GEERTZ, Clifford, 2009 [1988], *Obras e Vidas: O Antropólogo como Autor*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- GEERTZ, Clifford, 2012 [1995], *Atrás dos Fatos: Dois Países, Quatro Décadas, Um Antropólogo*. Petrópolis: Vozes.
- GONZÁLEZ, Roberto, 2009, *American Counterinsurgency: Human Sciences and the Human Terrain*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- GOUGH, Kathleen, 1968, "New proposals for Anthropologists", *Current Anthropology*, 9: 403-435.
- HACKETT, Edward, 1990, "Science as a vocation in the 1990's: the changing organizational culture of academic science", *Journal of Higher Education*, 61 (3): 241-279.
- HAILEY, William, 1938, *An African Survey: A Study of Problems in Africa South of the Sahara*. Londres: Oxford University Press.
- HAILEY, William, 1944, "The role of Anthropology in colonial development", *Man*, 44: 10-16.
- HANNERZ, Ulf, 2010, *Anthropology's World Life in a Twenty-First-Century Discipline*. Londres: Pluto Press.

- HEGEL, Georg W.F., 1992 [1807], *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Editora Vozes.
- HOROWITZ, Irwin, 1967, *The Rise and the Fall of Camelot Project*. Cambridge, MA: The MIT Press
- HYMES, Dell, 1969, *Reinventing Anthropology*. Nova Iorque: Pantheon.
- JAMES, Wendy, 1973, “The Anthropologist as reluctant imperialist”, in Asad Talal (org.), *Anthropology and the Colonial Encounter*. Londres: Ithaca and Humanities Press, 41-70.
- LENINE, Vladimir, 2025 [1920] *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. São Paulo: Boitempo Editora.
- LUGARD, Frederick, 1922, *The Dual Mandate in British Tropical Africa*. Edimburgo: Blackwood.
- LUGARD, Frederick, 1928, “The international institute of African language and culture”, *Africa*, 1: 1-12.
- LYOTARD, Jean-François, 1986 [1979], *A Condição Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- MALIGHETTI, Roberto, 2004, “Etnografia do trabalho de campo: autor, autoridade e autorização de discursos”, *Caderno Pós-Ciências Sociais*, 1 (1): 109-123.
- MALIGHETTI, Roberto, 2013, “Exceder as exceções: práticas quilombolas de novas cidadanias”, in Alberto Banal, *Quilombos da Paraíba: A Realidade de Hoje e os Desafios para o Futuro*. Curitiba: Editora Apris, 250-282.
- MALIGHETTI, Roberto, 2019, *Clifford Geertz: O Trabalho do Antropólogo*. Edufba: Salvador.
- MALIGHETTI, Roberto, 2020, *Antropologia Applicata: Problemi e Prospettive*. Brescia: Scholé.
- MALIGHETTI, Roberto, 2021, *Anthropology and Ethnography. Science, Method, Writing*. Brescia: Scholé EBook.
- MALINOWSKI, Bronislaw, 1929, “Practical Anthropology”, *Africa*, 2 (1): 22-38.
- MALINOWSKI, Bronislaw, 1930, “The rationalization of Anthropology and administration”, *Africa*, 3 (4): 405-430.
- MANDEVILLE, Bernard, 2021 [1714], *A Fábula das Abelhas: Ou Vícios Privados, Benefícios Públicos*. Rio de Janeiro: Editora Topbooks
- MARCUS, George, 2008, “The ends of ethnography social/cultural Anthropology’s signature form of producing knowledge in transition”, *Cultural Anthropology*, 23 (1): 1-14.
- MARX, Karl, 2011 [1939], *Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo Editora.
- MCCOY, Alfred, 1971, “Subcontracting counterinsurgency: academics in Thailand”, *Bulletin of Concerned Asian Scholars*, 2: 56-70.
- MCFATE, Montgomery, e Janice LAURENCE, 2015, *Social Sciences Goes to War: The Human Terrain System in Iraq and Afghanistan*. Londres: C. Hurst & Co.
- NADEL, Siegfried F., 1953, *Anthropology and Modern Life: An Inaugural Lecture*. Canberra: The Australian University Press.
- NADER, Laura, 1977, “The phantom factor: impact of the Cold War on Anthropology”, in Noam Chomsky (org.), *The Cold War & the University*. Nova Iorque: New Press, 107-146.
- ONOGI, Omofume, 1979, “The counter-revolutionary tradition in African states”, in Gerrit Huizer e Bruce Mannheim (orgs.), *The Politics of Anthropology*. Haia: Mouton, 45-71.
- PRICE, David, 2007, “Anthropology as lamppost”, *Anthropology Today*, 23 (6): 20-21.
- RICHARDS, Audrey, 1944, “Practical Anthropology in the lifetime of the International African Institute”, *Africa*, 14 (4): 289-300.

- RICHARDS, Audrey, 1977, "The colonial office and the organization of research", *Anthropological Forum*, 53: 168-189.
- SAHLINS, Marshall, 2002, *Waiting for Foucault, Still*. Chicago, IL: Prickly Paradigm Press.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy, 1995, "The primacy of the ethical: propositions for a militant Anthropology and comments", *Current Anthropology*, 36 (3): 409-440.
- SCHMITT, Carl, 2013 [1921], *Dictatorship: From the Origin of the Modern Concept of Sovereignty to Proletarian Class Struggle*. Cambridge: Polity Press.
- TRONTI, Mario, 1966, *Operai e Capitale*. Turim: Einaudi.
- WEBER, Max, 1997 [1917], *Parlamentarismo e Governo Numa Alemanha Reconstruída: Uma Contribuição à Crítica Política do Funcionalismo e da Política Partidária*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda.
- WEBER, Max, 2017 [1919], *A Política como Vocação: A Ciência como Vocação*. Lisboa: Book Builders.
- WITTGENSTEIN, Ludwig, 2025 [1953], *Investigações Filosóficas*. Lisboa: Relógio d'Água.
- WOLF, Eric, Joseph JORGENSEN, 1970, "Anthropology on the warpath in Thailand", *New York Review of Books*, 19: 26-35.
- WORSLEY, Peter, 1966, "The end of anthropology", *Transactions of the 6th World Congress of Sociology*, 3: 121-129.